

ENSINO & PESQUISA

ISSN 2359-4381

Políticas públicas para museus e processos museais de base comunitária com foco no estado do Pará

DOI: 10.33871/23594381.2026.24.1.12065

Gilma Isabel D'Aquino¹; Lúcia Santana da Silva²; Stefany Rosa dos Santos³; Odilon Kewym dos S. Santos⁴; Camila Lopes⁵, Maria das Graças Santana⁶; Tamires Pinheiro⁷

Resumo: A cultura é um instrumento político e educativo na formação da cidadania das pessoas. Este trabalho objetiva apresentar os impactos das Políticas Culturais do campo museal na formação de Pontos de Memórias, Pontos de Cultura e Museus Comunitários na Amazônia Paraense nos últimos 05 anos. O monitoramento deste impacto é fruto de uma aliança de trabalho de pesquisa que envolve o Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia, o Grupo Estudos de Museologia Social e Políticas culturais do Museu Paraense Emílio Goeldi-GEMUS e o Ministério da Cultura - Escritório Pará. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e se ancora na perspectiva da pesquisa-ação por meio de escuta ativa com estes agentes. O levantamento documental corrobora com a análise do impacto das políticas na produção do fazer cultural no Pará. Proporciona também uma reflexão crítica sobre os avanços e desafios traçados para a sustentabilidades das iniciativas culturais. Os resultados mostram dois lados: 1) A reconstrução das políticas culturais de base comunitária que proporcionam benefícios, fortalecendo a participação social de uma gestão cultural compartilhada entre Estado e sociedade civil e a ampliação da democratização cultural no Estado do Pará. 2) A fragilidade das políticas culturais que ainda possuem dispositivos burocráticos, excludentes e distantes da realidade dos agentes culturais da região amazônica.

Palavras-chaves: Política culturais, base comunitária, Museu, Pará.

Public Policies for Museums and Community-Based museum Processes With a Focus on the State of Pará

Abstract: Culture functions as both a political and educational instrument in the formation of citizenship. This study aims to present the impacts of cultural policies within the museum field on the development of Memory Points, Culture Points, and Community Museums in the Amazon region of Pará over the past five years. The monitoring of these impacts results from a collaborative research partnership involving the Forum of Community-Based Museums and Sociocultural Practices of the Amazon, the Study Group on Social Museology and Cultural Policies at the Museu Paraense Emílio Goeldi (GEMUS), and the Ministry of Culture - Pará

¹ Ministério da Cultura- Escritório Estadual do Pará e membra do Comitê Gestor do Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia, Belém, Pará, Brasil. gilma@museu-goeldi.br.

² Museu Emílio Goeldi, Grupo de Estudos e Pesquisa de Museologia Social e Políticas Públicas, Coordenação de Museologia (COMUS), Belém, Pará, Brasil. lucinha@museu-goeldi.br

³ Museu Paraense Emílio Goeldi, Coordenação de Museologia (COMUS-GEMUS), Belém, Pará, Brasil. stefanyrosad@gmail.com

⁴ Museu Paraense Emílio Goeldi, Coordenação de Museologia (COMUS- GEMUS), Belém, Pará, Brasil. odilonsantos@museu-goeldi.br

⁵ Museu Paraense Emílio Goeldi, Coordenação de Museologia (COMUS-GEMUS), Belém, Pará, Brasil. camilalopes@museu-goeldi.br

⁶ Fórum de Museus de Base Comunitária da Amazônia, Belém, Pará, Brasil. senhoradolago16@gmail.com

⁷ UFPA e Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia, Belém, Pará, Brasil. tami.fp91@gmail.com

Office. The methodology adopted is qualitative in nature and is grounded in an action-research approach, employing active listening with these agents. Documentary analysis supports the assessment of policy impacts on cultural production practices in Pará. It also provides a critical reflection on the progress made and the challenges faced in ensuring the sustainability of cultural initiatives. The findings reveal two complementary dimensions: 1) the reconstruction of community-based cultural policies, which generate positive outcomes by strengthening social participation through shared governance between the state and civil society, and by expanding cultural democratization in the state of Pará. 2) The fragility of cultural policies, which still operate through bureaucratic, exclusionary mechanisms that remain disconnected from the realities of cultural agents in the Amazon region.

Keywords: cultural policies, community-based approaches, Museum, Pará.

Introdução

As políticas culturais no Brasil até meados do século XX eram voltadas para a preservação do patrimônio material e a construção de uma identidade nacional. Com a constituição de 1988, há o reconhecimento da cultura como direito fundamental, garantindo o livre acesso às fontes da cultura nacional e valorizando a diversidade étnica e regional. O Estado passa a ter o dever preservar o patrimônio material e imaterial da cultura brasileira. O Ministério da cultura é criado em 1985, mas a sua trajetória é marcada por fechamentos que impossibilitam uma gestão cultural mais estruturada e descentralizada do centro-sul. Um dos avanços de fomento que passa a ser direcionado para a Cultura advém da Lei Rouanet nº 8.313/1991- Lei Federal de Incentivo à Cultura, que incentiva empresas e pessoas físicas a utilizarem parte do seu Imposto de Renda (IR) para destinação de financiamento de projetos culturais.

A partir da virada do milênio a sociedade civil organizada passa a participar mais ativamente da formulação das políticas culturais de base comunitária, principalmente a partir de 2003, como o programa Cultura Viva que resultou na criação dos Pontos de Cultura pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e na consolidação da política em 2014.

A Política Nacional Cultura Viva⁸ (PNCV),

É uma política pública de Estado gerida de forma compartilhada pela SCDC/MinC em parcerias intergovernamentais e com governos estaduais, distrital, municipais, grupos e instituições culturais, gestores e produtores culturais e sociedade civil, para articular, capacitar e fomentar ações realizadas por entidades, coletivos e agentes culturais em suas comunidades, bem como apoiar, valorizar, reconhecer, dimensionar e divulgar as culturas e os fazeres culturais em seus diferentes territórios.

⁸ Disponível em <https://culturaviva.cultura.gov.br/site/pncv> el em

Ainda em 2003, é lançada a Política Nacional de Museus, que em suas diretrizes destaca também:

Consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais;

Apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural. (MinC, 2007, p. 09).

Em 2009, se intensifica a institucionalização do campo museal, que resulta na criação do Instituto brasileiro de Museus pela Lei nº 11.906/2009. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, instituição que tem como atribuição gerir a Política Nacional de Museus. Um dos programas lançado pelo IBRAM é o Programa Pontos de Memória, programa de base comunitária que inicialmente objetivou fomentar a memória e a cidadania de museus comunitários e coletivos localizados nas periferias dos núcleos urbanos.

Com a extinção do Ministério da Cultura em 2016, houve um hiato que impactou diretamente os segmentos culturais, em especial os de base comunitários, como os pontos de cultura, os pontos de memória, entre outros. No período de 2020 a 2022 em função da pandemia Covid 19, os fazedores de cultura juntamente com alguns parlamentares progressistas se articularam para a criação da lei emergencial Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) e Paulo Gustavo (nº 195/2022). Os nomes das leis homenageiam duas personalidades artísticas que faleceram durante a pandemia. A lei emergencial Aldir Blanc se torna uma política de estado com fomento contínuo e a do Paulo Gustavo ainda é uma lei complementar. A Política Nacional Aldir Blanc é baseada na lei 14.399/2022 e destina recursos anuais para estados e municípios voltados para os trabalhadores da cultura, espaços culturais e projetos artísticos. Trata-se de uma política de Estado. A Lei Paulo Gustavo é voltada mais para o audiovisual e a cultura, descentralizando os recursos para estados e municípios por meio de editais.

No campo museal, o Programa Ponto de Memória é regulamentado pela Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021 e seus objetivos são ampliados para a preservação da memória social para comunidades, coletivos e grupos além dos núcleos urbanos periféricos.

A partir de 2023, com o retorno de um governo democrático, o MinC foi recriado e houve a consolidação da Política Nacional Aldir Blanc, a continuação da lei Paulo Gustavo visando democratizar o acesso aos recursos e ainda fortalecer a economia criativa, além de novos marcos regulatórios para maior transparência com as plataformas

públicas (TransfereGov.br, mapa da cultura e o CultBR). No campo museal, o IBRAM passa a certificar novos pontos lança alguns editais de fomento. As conferências, fóruns e seminários de participação social consolidam em 2024 a implementação do Sistema Nacional de Cultura, reforçando o compromisso do MinC - com o fomento, a valorização da diversidade e a defesa dos direitos culturais.

No Estado do Pará, o acompanhamento destas políticas é fruto de um trabalho integrado envolvendo o Fórum de Museus de base comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia- FMA, o Grupo de Estudos de Museologia Social e Políticas Culturais do Museu Emilio Goeldi – GEMUS- MPEG e o Escritório do Ministério da Cultura- Pará que têm acompanhado como as políticas públicas estão sendo implementadas, adaptadas e, absorvidas pelas comunidades.

O Fórum de Museus da Amazônia foi criado em 2018 como uma articulação coletiva formada por representantes de museus comunitários, pontos de memória, pontos de cultura, associações culturais, lideranças populares, pesquisadores e demais atores envolvidos com práticas museológicas e culturais na região amazônica. Desde sua criação, o Fórum atua como um espaço de mobilização, escuta e troca de saberes, promovendo ações que buscam democratizar o acesso à cultura e à memória. A sua governança é constituída por 14 membros que formam o comitê gestor e atuam em diferentes territórios do Pará, além de terem uma plenária agrupada em whatsapp formada por representantes de várias iniciativas culturais que objetivam divulgar, discutir, promover e trocar experiências no campo museal.

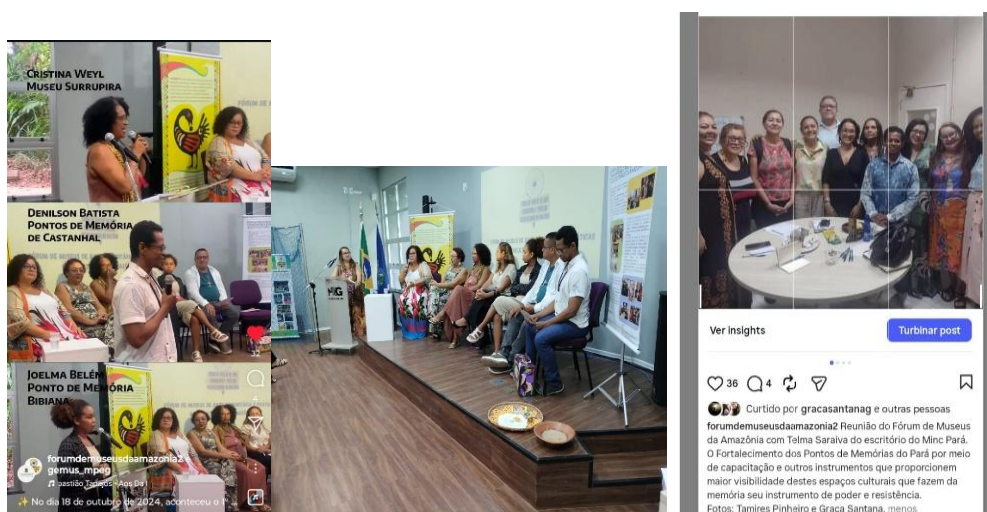
O Fórum é um ponto de memória reconhecido pelo Ibram em 2023 e de cultura reconhecido pelo Ministério da Cultura em 2024 e uma rede que agrega principalmente iniciativas de base comunitária e defende o protagonismo dos sujeitos locais na construção de políticas públicas e na preservação de suas memórias, respeitando os saberes tradicionais e as dinâmicas próprias de cada território.

Em sintonia com essas ações, há o GEMUS, criado em 2021 no Museu Paraense Emílio Goeldi. Surgiu como um espaço de estudo, reflexão e articulação sobre políticas culturais, com foco na Museologia Social e em práticas museais comunitárias. Reunindo estudantes, pesquisadores, profissionais de museus e lideranças culturais, o grupo atua em torno da valorização das diversas formas de expressão cultural existentes na Amazônia, refletindo sobre os desafios enfrentados por museus e coletivos que operam em contextos de desigualdade social. O GEMUS promove debates, oficinas, eventos, publicações e projetos de pesquisa e extensão, buscando contribuir para a formação crítica

de profissionais e pesquisadores, e para o fortalecimento de ações culturais enraizadas nos territórios.

O Escritório Estadual do Ministério da Cultura no Estado do Pará foi criado em 2023, atendendo a uma demanda de longa data dos agentes culturais locais por maior proximidade e presença institucional. A iniciativa teve como objetivo descentralizar as ações do Ministério, garantindo que as políticas públicas culturais cheguem com mais eficácia às diferentes regiões do estado e, em especial, aos territórios menos atendidos pelas esferas institucionais. O Escritório atua na mobilização e divulgação das políticas culturais do Ministério da cultura, no acompanhamento de projetos culturais, no diálogo com coletivos, grupos e instituições, e no fortalecimento da articulação entre fazedores de cultura e o poder público.

O impacto das políticas públicas no Pará é o principal mote desta pesquisa que objetiva destacar os avanços e os principais desafios dos agentes culturais que promovem, difundem e salvaguardam o patrimônio cultural amazônico.



Encontros para discussão de políticas culturais no Pará. FMA, MINC-Escritório Pará e GEMUS-MPEG-Acervo FMA, 2024-2025

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo é de natureza qualitativa e se ancora na perspectiva da pesquisa participante e da pesquisa-ação, especialmente no contexto das práticas museais comunitárias e periféricas. O trabalho combina análise documental com abordagens empíricas de escuta ativa, de modo a reconhecer os sujeitos da cultura como produtores de conhecimento e protagonistas de seus próprios processos. Pontos de Cultura, Pontos de Memória, coletivos culturais, artistas, agentes públicos e integrantes

de movimentos sociais envolvidos com o fazer cultural e museológico no Estado do Pará constituem o público-alvo desta pesquisa.

Por isso a escolha pela Pesquisa Ação que se pode definir como: “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativos”. (Thiollent, 2009, p.16). Neste sentido, a Política Cultural é a pauta central dos agentes culturais envolvidos tanto os que estão realizando a pesquisa como os que participam a partir dos Pontos de memória, de cultura e museu comunitários que fazem parte da Rede do Fórum de Museus da Amazônia.

Ampliar a reflexão sobre a política cultural é uma forma de colaborar com a própria memória das lutas destes grupos que por muito tempo estiveram descobertos por processos hegemônicos, autoritários e excludentes que invisibilizam o fazer cultural e o impacto social, educativo, econômico, inovador e transformador da realidade territorial onde atuam.

A Rede do Fórum constitui vários agentes culturais que atuam em redes de educadores museais, pontos de memórias, pontos de culturas, pontos de memória e de cultura, museus federais, museus estaduais, museus municipais, museus comunitários, ecomuseus, museus virtuais, museus indígenas e grupos de pesquisas e iniciativas culturais como bibliotecas comunitárias, academia de cordel, totalizando em torno de 90 pessoas que são do Pará, Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Acre. Mas nesta pesquisa, os agentes culturais que estabeleceram um diálogo mais sistemático com os pesquisadores (as) sobre o impacto das políticas culturais são os que atuam nas seguintes modalidades, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1: Distribuição dos agentes culturais por ponto de memória e sua localidade.

Total de Ponto de Memória por município	01 Bujaru, 01 Concórdia do Pará, 04 Castanhal, 01, Acará, 03 Belém, 1 Curuçá- Total Geral 10 Pontos de Memória
Total de Museus comunitários	02 Belém, 1 Santa Isabel, 01 Abaetetuba, 01 Santarém, Total Geral: 05
Total de Pontos de cultura	03 Belém. Total Geral: 03
Total de Pontos de cultura e Ponto de memória	03 Pontos Híbridos de Belém. 03

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A pesquisa vem sendo desenvolvida desde o final de 2023 e está sendo sistematizada pelo grupo envolvido nesta atividade. Além das escutas com diferentes agentes culturais, utilizou-se também como fontes de análise as plataformas digitais, artigos acadêmicos, legislações, relatórios institucionais, editais públicos e outros documentos disponibilizados pelos ministérios, secretarias e produzidos por nós ao longo do processo. Essas diferentes fontes permitiram um olhar mais amplo e aprofundado sobre o cenário cultural, as políticas implementadas, os desafios enfrentados pelos coletivos e as estratégias construídas nos territórios.

A junção dessas informações tem possibilitado identificar dinâmicas recorrentes, apontar lacunas nas políticas existentes e mapear experiências que contribuem para a construção de práticas culturais mais inclusivas, participativas e sensíveis às especificidades amazônicas. As Políticas de Base Comunitária como a Política Cultura Viva, a Política Nacional Lei Aldir Blanc e o Programa Ponto de Memória são a base da análise.

Resultados e Discussão

Em ações e trabalhos coletivos realizados com os representantes de Pontos de Memória, museus comunitários e pontos de cultura sobre a avaliação das políticas culturais, geralmente pontuavam como pontos relevantes os seguintes aspectos: a Certificação, o Fomento Cultural, a Participação Social e a Mobilização com capacitação.

a) Certificação - é o reconhecimento oficial de iniciativas culturais de base comunitária, permitindo o acesso a editais da PNCV, integrando-as à Rede Cultura Viva.

No Pará, já foram certificados em torno de 228 Pontos de Cultura (mapacultural.gov.br). Outro dado importante é o aparecimento também de Pontos de Memória que também são Pontos de Cultura, uma tipologia híbrida, sendo que a certificação de Ponto de Memória só é dada pelo Ibram, nível federação, e a certificação dos Pontos de Cultura pode ser dada pelo Estado ou Federação, porém a certificação do estado do Pará ainda não é reconhecida pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural – MINC. Na rede do Fórum temos os seguintes Pontos Híbridos, certificados a nível nacional: O Fórum de Museus da Amazônia, a Associação Folclórica e Cultural do Colibri de Outeiro (Belém) e a Associação Consciência Negra Quilombo (Castanhal).

Em relação ao Programa Ponto de memória, o Fórum de Museus da Amazônia colaborou na mobilização, popularização e certificação dos pontos de memória do estado,

até 2023 só havia dois pontos certificados pelo Ibram e atualmente o estado tem mais de 30 pontos.



Leque do Fórum de Museus da Amazônia com pontos certificados pelo Ibram- Acervo do FMA

b) Fomento Cultural:

Pode ser compreendido como o conjunto de mecanismos (editais, prêmios, bolsas) utilizados pelo poder público para financiar e estimular a produção, circulação e preservação de atividades artísticas e culturais. É um investimento na cultura, permitindo que a população tenha acesso aos bens culturais.

Quadro 2: O fomento cultural no Pará nestes últimos cinco anos.

Ano	Edital Nacional	Edital Estadual	Observações
2020 a 2022		Modalidade Multilinguagens- Lei Emergencial Aldir Blanc	Vários pontos de memória e museus comunitários foram contemplados nestes editais que possibilitaram a feitura de exposições, eventos, rodas de conversas, percursos culturais, cursos, oficinas dentre outras atividades. Na rede do Fórum, destacam-se o Museu d'Água, o Fórum de Museus da Amazônia, o Ponto de Memória da Terra Firme e a Associação Folclórica e Cultural do Colibri de Outeiro (Belém)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

2023	Edital de Premiação Cultura Viva Sérgio Mamberti-SCDC-MINC		Neste edital, o Fórum de Museus da Amazonia passa a ser certificado como Ponto de Cultura.
2023	Prêmio Pontos de Memória – Edição Helena Quadros (2023). IBRAM		Primeiro edital pós-pandemia com foco na área da Museologia Social. O prêmio contemplou 100 iniciativas e processos museais comunitários, com a destinação de R\$ 4.000.000,00, distribuídos em prêmios individuais de R\$ 40.000,00 por ação premiada. O edital teve seu alcance ampliado, evidenciando o fortalecimento da política de Pontos de Memória no âmbito federal. O Estado do Pará teve 05 pontos contemplados.
2023	Edital Prêmio Inventários Participativos 2023" do Ibram		O edital premiou 10 iniciativas com investimento total de R\$ 400.000,00, sendo que não houve nenhum ponto de memória do estado do Pará contemplado
2025		edital de fomento à projetos continuados de pontos e pontões de cultura (n 003/25) e dois editais de pontos de cultura, - modalidade premiação (n006/2025 e outro n. 16/2025).	Muitas iniciativas culturais passaram a ser certificados como pontos de cultura estadual ao serem contempladas pelos editais de premiação. Importante frisar que o recurso é oriundo da Política Nacional Aldir Blanc denominado de primeiro ciclo que destinou 15% do valor total do Estado para a Política Nacional Cultura Viva.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

No primeiro ciclo da PNAB (2024-25), os editais foram elaborados com os seguintes eixos modais: circulação, criação, formação, bolsas, premiação e atividades continuadas. Estas modalidades seguiram as orientações feitas nas oitavas demandadas pelo conselho estadual, considerando as especificidades dos segmentos culturais. Vários pontos de memória e museus comunitários foram contemplados nestes editais em diferentes modalidades que possibilitaram a feitura de exposições, eventos, rodas de conversas, percursos culturais, cursos, oficinas dentre outras atividades.

Os critérios dos editais de Museus e Memoriais de Base Comunitária no Pará não fazem nenhuma diferenciação de valor de nota no que se refere às iniciativas que comprovam serem certificadas pelo Ibram, como pontos de memória, com aquelas que

ainda não são. Um dos critérios de valoração de nota é medido pelo tempo de atividade desenvolvido pelo grupo, independente de ser um ponto de memória.

c) Participação Social

É o direito e a ação dos cidadãos na gestão de políticas públicas, garantido pela Constituição Federal de 1988 para fortalecer a democracia brasileira. Conselhos, comitês, gestores, conferências, consultas públicas e ouvidorias são formas de participação da sociedade civil colaborar na criação, implementação e fiscalização das ações governamentais. De 2020 a 2025, a rede do Fórum de Museus da Amazônia participou ativamente com as seguintes representações e ações:

Quadro 3: Participação Social dos membros do Fórum de Museus da Amazônia.

Representação	Ano	Principais ações
Comitê Emergencial do Estado do Pará- Lei Aldir Blanc. Representantes: Lúcia Santana (Belém) e Regina Macedo (Itaituba)	2020 a 2021	Fórum fez a mobilização da eleição para a escolha de representantes junto à SECULT-Pa) Elaboração do edital museus e memoriais de base comunitária - auxílio emergencial da Lei Aldir Blanc- Pa/ 2020. Contribuição para a organização da plataforma do mapa cultural/2020
Conselho Estadual de Cultura. (Lei nº 9.737, de 21 de novembro de 2022) Representante: Gilma D’Aquino	2024 até os dias atuais	- Fórum fez a mobilização da eleição para a escolha de representantes junto à SECULT-Pa - Atuou na Realização de Oitivas para elaboração de editais do primeiro ciclo da PNAB (2024 e 2025); - Contribui na organização e realização do primeiro seminário de cultura para a formação de conselheiros do Estado do Pará. “Seminário Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural”. - Contribui com a elaboração de “caderno de orientações para pareceristas de projetos culturais” publicado em 2025. Disponível em https://secult.pa.gov.br/midias/anexos/134_caderno_de_orientacoes_para_pareceristas_de_projetos_culturais_v2.pdf - Participou da Definição de recursos por segmentos culturais para as modalidades de editais, especialmente no campo museal
Conselho Municipal de políticas culturais- município Belém. Lei nº 9.277, de 24 de maio de 2017 – “Lei Valmir Bispo Santos Representante Gilma D’Aquino (2023-2025) Stefany Rosa (2025 até os dias atuais)	2023 a 2025	Participação na criação e implementação da lei municipal Valmir Bispo Santos- Lei 9.880/2023; Elaboração de editais e oitivas setoriais e do processo eleitoral do conselho municipal.
Conselho Estadual de Pontos e Pontões de Cultura.	2026	- Eleição do Conselho Estadual na Teia Estadual do Pará

Representante Lúcia Santana		-Organização do Regimento do Conselho
Comitê Consultivo do Programa Ponto de Memória- Ibram. Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021	2025	- Contribui na Discussão do regimento Interno do comitê;
Representantes da Rede do Fórum Keyla Paiva (ASCONq- Castanhal)	a	- Planejamento para a 6ª Teia Nacional de Cultura
Graça Santana (Fórum de Museus da Amazônia)	2027	
Representantes de Pontos de Memórias da Amazônia		
Tamires Pinheiro- Museu D'Água-Belém		
Janete Pereira		
Rede de Mulheres das Marés e das águas de Caiçã- Abade- Pa		
Conselho do Patrimônio Museológico- Ibram Decreto Nº 9.987/2019.	2024	- Contribui na avaliação de bens culturais apreendidos pela Receita Federal a serem enviados a Museus institucionais;
Assento: Rede de Museologia Social- Lúcia Santana (suplente)	a	
	2026	- Contribui no Planejamento do 8º e 9º Fórum Nacional de Museus;

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

d) Mobilização/Formação

Processo de popularização das políticas culturais em que diferentes esferas sociais partilham responsabilidades com objetivo de que a população possa participar, acessar e monitorar os dispositivos destas políticas que garantem a funcionalidade do setor cultural de base comunitária, democrática, plural e inclusiva.

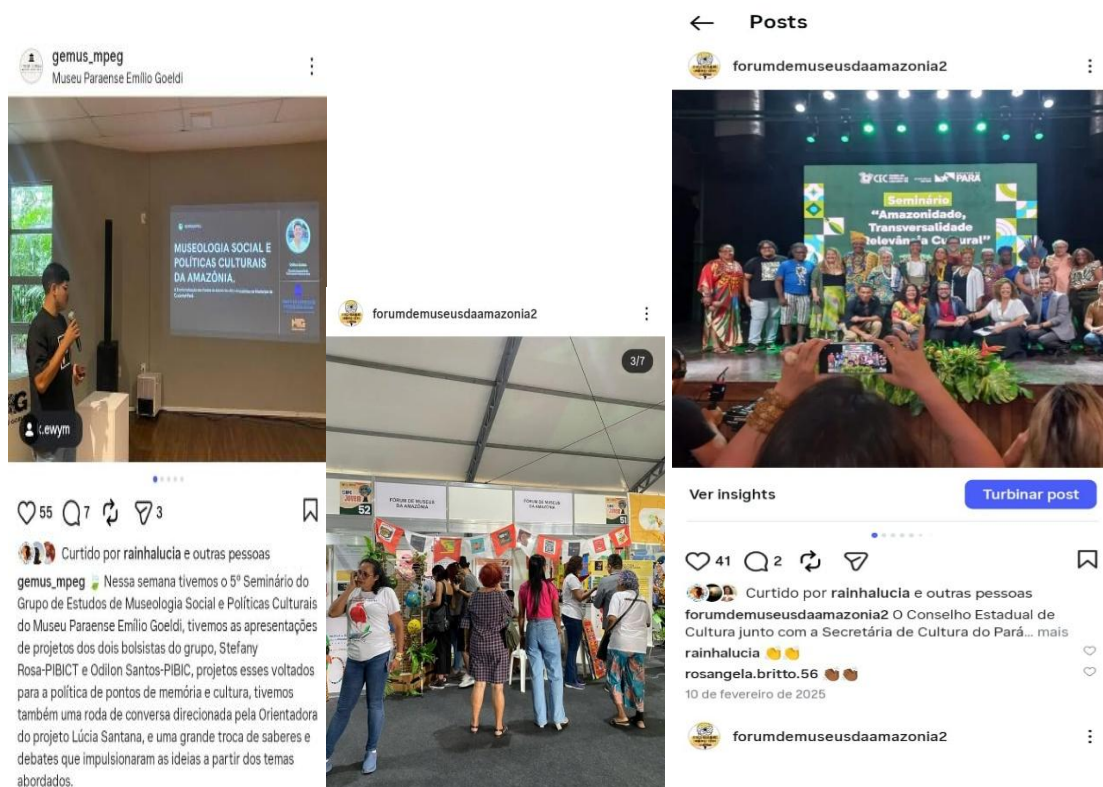
O FMA atuou na mobilização para a certificação de pontos de Memória do Pará com grande destaque no cenário nacional. Muitos agentes culturais consultados da nossa rede destacam que as políticas culturais são essenciais e abrem portas para que estejam em lugares que antes era ocupado somente pelos museus institucionalizados. Destacaram a participação na 76ª SBPC na Universidade Federal do Pará no ano de 2024, por meio do projeto Círculo da Memória coordenado pelo FMA, onde houve um estande com a participação de 12 iniciativas museais de base comunitária com um público de quase 15 mil pessoas. “houve grande visibilidade do Círculo da Memória como um Projeto inovador e de popularização de políticas museais de base comunitária na Amazônia. Tanto que a iniciativa foi convidada para participar de várias programações na cidade de Belém e demais municípios do Pará”. (Silva; D’Aquino, p. 300, 2024).

O GEMUS-MPEG oferta seminários de Museologia Social e incentiva a realização de pesquisas no âmbito dos pontos de memória e oficinas de capacitação

principalmente no que se refere à plano museológico, cartografia social, letramento digital e políticas culturais.

O Ministério da Cultura - Escritório do Pará atua diretamente com agentes culturais na formação das políticas culturais e oficinas de capacitação para a elaboração de projetos culturais e realiza a capacitação para o cadastro de pontos de cultura nas plataformas dos mapas culturais.

Em relação às secretarias municipais e estadual, oportuniza informações e oficinas sobre a plataforma CultBR e TransferGov, que permite o cadastro dos planos de Aplicação de Recursos (PAR) para o envio da planilha de dados ao MINC, objetivando assegurar a transparência. O escritório atua também na interlocução do MINC com o Estado e com os municípios.



Eventos integrados de Mobilização/Formação para difusão de políticas culturais no Pará.

Foto1 - Seminários de Museologia social- GEMUS – MPEG-2025, Foto2 Evento 76ª SBPC na UFPA-2024 e Seminário promovido pelo Conselho Estadual de Cultura-2025.

Além destas instâncias, no processo de pesquisa verificou-se também mais uma instância organizativa que é O Comitê de Cultura do Pará, uma representação da sociedade civil organizada, instalada no pontão de Cultura Casa Preta Amazônia no

distrito de Caratateua em Belém-Pa. O Comitê foi criado em 2024 por meio da Secretaria dos Comitês de Cultura que tem como objetivo ampliar o acesso às políticas públicas de cultura, fortalecendo a democracia e a participação popular e cidadã no âmbito das políticas socioculturais e do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O comitê vem estreitando parcerias com o Fórum, o GEMUS e o Escritório-MinC/Pa no que se refere à comunicação social e difusão de informações sobre políticas culturais.

Diante deste contexto, verificou-se que os aspectos destacados no processo da pesquisa sinalizam de forma positiva o impacto no que se refere à gestão, difusão, produção e fruição dos bens culturais. Contudo, os agentes culturais também destacaram que ainda é preciso interiorizar mais as políticas, garantindo que as populações periféricas dos centros urbanos e rurais como indígenas, quilombolas, extrativistas entre outras comunidades tradicionais possam garantir suas representatividades e manifestações culturais no âmbito cultural brasileiro. A burocratização dos editais é um problema para agentes culturais que não conseguem ainda compreender as plataformas de mapas culturais e seus comandos que priorizam os documentos escritos. Consequentemente, a exclusão do agente já começa no início da inscrição.

Percebeu-se também que quando uma Lei se torna uma Política de Estado há maior garantia de fomento cultural como a Política Nacional Aldir Blanc e Política Nacional Cultura Viva. O Programa Ponto de memória ainda não é uma Política e pode correr o risco de perecer ou ser fragilizado, caso não haja um dispositivo legal que possa assegurar sua consolidação.

Considerações finais

A cultura é um direito humano e garanti-lo é uma forma de compreender os deveres e as responsabilidades do Estado e da sociedade civil. A mobilização para o engajamento de uma educação política é imprescindível para o acompanhamento e monitoramento da gestão cultural, porque fortalece a participação social dos agentes culturais.

A produção do conhecimento e as formas criativas dos pontos ou ponteiros como se autodenominam e de museus comunitários revelam os modos de ser, os saberes e fazeres de matrizes culturais ancestrais que demarcam a identidade de povos e comunidades num território tão plural quanto sua gente.

As políticas de base comunitária são frutos de lutas destas iniciativas que se movimentam em prol do direito à memória e à democratização cultural. Dizer não aos

poderes hegemônicos, excludentes e autoritários é uma posição política e propositiva que potencializa a Democracia e faz reparos históricos. Incluir as pessoas injustiçadas ou vulnerabilizadas por uma Memória Nacional discriminatória e prejudicial para diversidade cultural brasileira é fazer a grande diferença.

Acreditamos que não é um assunto que se esgota aqui, há outras camadas que precisam ser aprofundadas no que se refere às políticas culturais e uma delas é estabelecer também maiores diálogos com as políticas interministeriais, em especial com os Ministérios de Educação, Economia, Ambiente e Ciência e Tecnologia para ampliar o acesso da população ao conhecimento e o desenvolvimento de soluções emergenciais para a sociedade.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.017**, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114017.htm. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195**, de 21 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo). Institui o Programa de Apoio Emergencial à Cultura – Paulo Gustavo, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jul. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/LCP195.htm. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.399**, de 7 de julho de 2022 (Política Nacional Aldir Blanc). Institui a Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jul. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114399.htm. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. **Editais Prêmio Pontos de Memória/2023** – Edição Helena Quadros. [2023]. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/fomento-e-financiamento/editais-de-fomentos-e-financiamento/editais-2023/premio-pontos-de-memoria-2023/edital-premio-pon_tos-de-memoria-2023.pdf Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. **Política Nacional Setorial de Museus (2025-2035)**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm-2025-a-2035.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Cadernos e Revistas. **Política Nacional de Museus: memória e cidadania**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/politica-nacional-de-museus-2013-memoria-e-cidadania>. Acesso em: 05 mar. 2025.

CULTBR. Disponível em: <https://cultbr.cultura.gov.br/e>. Acesso em: 01 jan.2026

CULTURA VIVA. Disponível em: <://culturaviva.cultura.gov.br/site/pncv/>. Acesso em: 01 jan.2026

EDITAL DE MULTILINGUAGENS. Lei Aldir Blanc. Disponível em: <https://mapacultural.pa.gov.br/oportunidade/326/#info>. Acesso em: 05 nov. 2026

EDITAL PREMIAÇÃO CULTURA VIVA. Sérgio Mamberti. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-encerradas/edital-premiacao-cultura-viva-sergio-mamberti-1>. Acesso em: 05 out. 2026

EDITAL PONTOS DE MEMÓRIA: 2023. Inscrições habilitadas. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ibram-divulga-inscricoes-habilitadas-ao-edital-pontos-de-memoria-2023#>. Acesso em: 05 mar. 2026

EDITAL PRÊMIO INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-de-economia-de-museus-e-pontos-de-memoria/programas-da-politica/programa-de-fomento-aos-museus-e-a-memoria-brasileira/fomento-direto/editais-de-fomentos-e-financiamento/editais-2023/inventarios-participativos-2023/inventarios-participativos-2023-resultado-habilitacao-extrato-dou.pdf#:~:text=Edital%20Pr%C3%AAmio%20Invent%C3%A1rios%620Participativos%202023.%20O%20Instituto,lote%2008%2C%20Bloco%20%22N%22%2C%20Edif%C3%ADcio%20CNC%20III>. Acesso em: 30 dez.2026

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Conselho Municipal de Política Cultural. Disponível em: <https://semcult.belem.pa.gov.br/institucional/conselho-municipal-de-politica-cultural-cmpc/>. Acesso em: 05 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Pontos de Memória. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/pontos-de-memoria#>. Acesso em: 05 mar. 2025.

MAPA CULTURAL. Disponível em: <https://mapacultural.pa.gov.br/>. Acesso em: 01 jan.2026

PARÁ. Secretaria Estadual de Cultura. **Caderno de orientações para pareceristas de projetos culturais” publicado em 2025.** Disponível em: https://secult.pa.gov.br/midias/anexos/134_caderno_de_orientacoes_para_pareceristas_de_projetos_culturais_v2.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

PARÁ. Secretaria Estadual de Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Disponível em: <https://secult.pa.gov.br/cec/94- sobre conselho>. Acesso em: 05 mar. 2025.

PRÊMIO PONTOS DE MEMÓRIA: 2023. Edição Helena Quadros. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-de-economia-de-museus-e-pontos-de-memoria/programas-da-politica/programa-de-fomento-aos-museus-e-a-memoria-brasileira/fomento-direto/editais-de-fomentos-e>

financiamento/editais-2023/premio-pontos-de-memoria-2023/PontosdeMemria2023ResultadoFinal.pdf. Acesso em: 05 nov. 2026

SILVA, Lúcia das Graças S. da; D'AQUINO, Gilma Isabel R. Círculo da memória: itinerância e possibilidades. *In.*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 6., 2025, Teresina, PI. **Anais [...]**. Teresina, PI: Educar Artes e ofícios, 2025. p. 300-307.

TRANFEREGOV. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br>. Acesso em: 01 jan. 2026.

Submissão: 04/04/2026. **Aprovação:** 29/04/2026. **Publicação:** 30/04/2026.